



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
32ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Registro: 2021.0000582601

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1000492-31.2019.8.26.0059, da Comarca de Bananal, em que é apelante PAULO SERGIO FERREIRA (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA), é apelada MARIA JOSÉ COSTA (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 32ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores KIOITSI CHICUTA (Presidente) E RUY COPPOLA.

São Paulo, 23 de julho de 2021.

CAIO MARCELO MENDES DE OLIVEIRA

Relator(a)

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
32ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Voto nº 16.794

Apelação Cível nº 1000492-31.2019.8.26.0059

Comarca de Bananal / Vara Única

Apelante: Paulo Sérgio Ferreira

Apelada: Maria José da Costa

RESPONSABILIDADE CIVIL – Acidente de trânsito -
Procedência de ação de indenização por danos morais -
Apelação do réu – Sentença condenatória criminal –
Impossibilidade de discussão sobre a autoria e a culpa, “ex
vi” do disposto no artº 935 do Código Civil – Acidente com
sérias repercussões físicas para a autora, constatadas em
laudo médico oficial – Prejuízo moral evidenciado –
Manutenção do arbitramento levado a efeito, à vista da
ausência de recurso da autora – Recurso improvido.

Através da r. sentença proferida a fl. 82/4,
corrigida a fl. 90/2, foi parcialmente acolhida ação de
procedimento comum proposta por Maria José da Costa contra
Paulo Sérgio Ferreira, com a condenação do réu em R\$
10.000,00, por danos morais, corrigidos monetariamente desde
aquela data, com juros de mora a contar da data do evento,
despesas processuais e honorários de advogado fixados em 10%
do valor da condenação.

Apela o réu. Sustenta que o atropelamento se
deu em razão de ter sido surpreendido pela travessia da via, pela
apelada, fora da faixa de segurança, existente próxima ao local e
não se conforma com a indenização concedida em valor
exagerado.

Recurso tempestivo, isento de preparo e contrariado.

Este o relatório, adotado, no mais, o da sentença.

A juntada fora de prazo de contrarrazões não implica agora em prejuízo ao apelante.

São frágeis as razões recursais para alteração da sentença proferida.

Trata a ação proposta de pedido de indenização em razão de acidente de trânsito ocorrido em 10.6.2018, por volta das 19h15m, ocasião em que a autora, ao atravessar, pela faixa de segurança, a av. Fortunato Lobão, no centro da cidade de São José do Barreiro, neste Estado, foi atropelada, por um veículo que era conduzido pelo réu, fato incontroverso (fl. 16/8), causando-lhe graves ferimentos.

Pesava contra o recorrente o fato de ter se evadido do local, sem prestar socorro à vítima.

É esta a fundamentação da sentença:

"Cinge-se a lide em aferir a ocorrência de responsabilidade civil extracontratual, pautada, portanto, nos art.

186 e 927 do Código Civil.

A ocorrência do atropelamento pelo réu é incontroversa diante da própria alegação que reconhece o evento danoso, mas pauta a tese defensiva na ausência de culpa do requerido. Sem razão, no entanto.

Decerto, apurado nos autos que a vítima foi atingida na Rodovia quando finalizava a sua travessia, o que indica que o réu faltou com o dever objetivo de cuidado, incorrendo em negligência, caracterizadora da culpa, notadamente porque o local dos fatos é área urbana, contando com faixa de pedestre próxima inclusive.

A prova oral colhida em audiência de instrução atesta a dinâmica dos fatos.

Elizete Regina da Silva, nos termos do depoimento de folhas 78, disse em Juízo "que não viu Paulo Sérgio no local; que escutou um baralho, correu para ver e encontrou Maria José caída; que tinha um carro cinza parado lá na escolinha e falaram que era Paulo Sérgio, mas que a depoente não viu que era Paulo Sérgio; que foi mais para o fim do dia."

Regina Célia Pereira, nos termos do depoimento de folhas 79, disse em Juízo "que Maria José estava

atravessando a rua; que ouviu um baralho e Maria José caída foi parar a uns cinco metros; que saiu correndo para ver; que Maria José estava próximo da calçada, um passo da calçada; que foi à "noitinha", quase escurecendo; que a câmera da pousada não conseguiu filmar."

Por sua vez, o boletim de ocorrência n. 91/2018 e o laudo pericial às folhas 64/65 indicam que a autora sofreu lesões corporais de natureza gravíssima com incapacidade permanente para o trabalho decorrente de acidente de trânsito.

No que toca ao pedido de reparação por danos morais, mostra-se in re ipsa, visto que o evento danoso causou limitações de movimento à autora com cerceamento de sua saúde física, sua própria autodeterminação, e também à imagem objetiva da requerente.

No que toca ao valor pretendido, mostra-se excessivo, notadamente diante da gravidade em concreto da conduta, da extensão dos danos causados, e da condição socioeconômica das partes. Pautado em critério de proporcionalidade fixo o valor de reparação por danos morais em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com juros de mora de 1% ao mês a contar do evento danoso, nos termos da Sum 54 STJ, e correção monetária na forma da tabela prática do TJSP a contar deste arbitramento."

E a decisão não comporta modificação. Aliás foi bem reduzida a indenização arbitrada, à vista do dano para a autora que foi relevante, como visto no laudo pericial.

Não há mais qualquer discussão quanto à culpabilidade do réu pela ocorrência do acidente, diante do trânsito em julgado da sentença criminal, proc. nº 1500142-83.2019.8.26.0059, transitada em julgado (fl. 61/2), cujo inteiro teor pode ser acessado pelo SAJ: <https://esaj.tjsp.jus.br>.

Não restam dúvidas de que a autora suportou danos extrapatrimoniais graves pois, em razão das fraturas de bacia, clavícula e joelho esquerdos, ficou incapacitada “para as atividades habituais por mais de 30 dias e pela debilidade da marcha [...] pela incapacidade permanente para o trabalho”, de acordo com o contido nos laudos periciais (fl. 64/5).

Eleva-se a verba honorária profissional da autora para 20% do total devido, observada a gratuidade processual.

Por estas razões meu voto nega provimento ao recurso.

Caio Marcelo Mendes de Oliveira
Desembargador Relator
(assinatura eletrônica)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
32ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO